

---

## A LUTA CONTRA O ESTADO NOVO

Edgard Carone

### *I. A posição das oligarquias*

O golpe de 10 de novembro de 1937 leva ao poder grupos compósitos, representativos de classes sociais diferentes, que vão das oligarquias agrárias até o Exército. o que se dá é uma trama, onde certos segmentos se unem contra outros o fato traduzindo uma luta política pelo poder do Estado.

A partir de 1935, são as classes dirigentes oligarco-burguesas que ajudam Getúlio Vargas a esmagar o movimento operário e os elementos liberais. Entre 1936 e 1937, o governo vai estendendo a sua malha e, usando de ameaças e de seu poder crescente, pouco a pouco vai derrotando as oposições: primeiro, tentando adiar o problema da sucessão presidencial; depois, deslocando os generais oposicionistas, intervindo no Rio Grande do Sul para expulsar o Governador Flores da Cunha, fazendo aliança com o integralismo e reforçando sua posição no Exército.

Aliança significa conluio entre grupos, com a finalidade de domínio sobre outros grupos. O jogo pela permanência do poder, assim, leva automaticamente à exclusão de terceiros. Quem apóia o golpe de Getúlio Vargas? Nos Estados existem grupos oligarco-burgueses no poder e fora do poder, isto é, os situacionistas e os oposicionistas. Diferente foi a política adotada por Getúlio para cada Estado, mas podemos dividi-la da seguinte maneira:

1) a oposição do Rio Grande do Sul, que é favorável ao Presidente da República, é agora governo, porque Flores da Cunha fora obrigado a fugir para o Uruguai;

2) nos Estados, quando o situacionismo é antigetulista (São Paulo, Pernambuco e Bahia), Vargas faz alianças secretas com a oposição;

3) em todos os outros Estados, depois da Missão Negrão de Lima, os governadores aderem ao golpe.

No interim de 1937, a depuração do Exército torna o organismo mais coeso em torno dos generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, todos dois responsáveis direitos pelo 10 de novembro. Também Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira, adere à idéia.

O fechamento do Congresso e a ditadura estadonovista são recebidos com aplausos por uma parte da classe média e pela burguesia industrial. O fato traduz o reforço da ditadura. No entanto, o movimento operário e certos segmentos liberais e socializantes pequeno-burgueses já estão fora do jogo político des-

de 1935. Agora, o golpe é dirigido diretamente contra os últimos resquícios liberalizantes dentro do Exército e, principalmente, contra as combativas facções oligárquico-burguesas, comandadas por São Paulo. As eleições de janeiro de 1938, destinadas à sucessão de Getúlio Vargas, estão em pleno andamento e Armando de Salles Oliveira, governador de São Paulo e pertencente ao Partido Democrático, é o líder de um novo partido que congrega diversas correntes políticas nos Estados. À União Democrática Brasileira pertencem os Artur Bernardes, em Minas Gerais, os J.J. Seabra e Otávio Mangabeira, na Bahia etc.

É a luta pela hegemonia dentro dos novos quadros estadonovistas que explica a exclusão de alguns grupos o reforço de outros e as novas medidas institucionais que vão dando forma definitiva ao novo Estado. A revolta integralista de 11 de maio de 1938 traduz o descontentamento deste ex-partido contra o ditador. Não tem importância aqui o fato de Otávio Mangabeira e outros elementos oligárquicos terem apoiado a tentativa: na verdade, eles já estão excluídos da nova realidade política, enquanto os integralistas são parte integrante do sistema. Assim, a sua saída é um fator a menos no jogo de poder, o que torna o sistema mais rígido.

Proclamado o Estado Novo e passados os primeiros momentos de surpresa, as novas relações de poder começam a se definir. Ao contrário do que se pensa, o novo Estado se estrutura jurídica e ideologicamente de maneira lenta, segundo as circunstâncias e não devido a um plano pré-estabelecido. A diversidade de correntes sociais e ideológicas torna a ditadura um saco-de-gatos, onde a predominância depende do equilíbrio de poder momentâneo. Para se entender os acontecimentos, é preciso levar em conta o fato de fazerem parte do governo elementos liberalóides e pró-americanos, como Oswaldo Aranha; autoritários e pró-Alemanha, como os generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, além do Chefe da Polícia, Filinto Muller; e o fascistóide Francisco Campos, Ministro da Justiça. Para não esquecer que um homem de visão mais aberta, como Lourival Fontes, dirige a censura, através do Departamento de Imprensa e Propaganda; e o direitista Azevedo Amaral aparenta ser o teórico do regime.

A tentativa de assassinar o ditador faz com que ele amplie a Lei de Segurança Nacional e permita que os civis possam ser julgados por tribunais militares. Logo com o golpe, é promulgada a Constituição; depois, são extintos os partidos; as bandeiras estaduais são queimadas, símbolo demonstrativo do fim das liberdades federalistas; nacionaliza-se o ensino, medida dirigida contra a influência alemã e italiana, etc. Mas, só em 1939 é que o governo vai controlar a difusão do pensamento — livro, cinema, teatro, jornal e rádio, — e estrutura a organização dos Estados e Municípios.

Ditadura significa repressão. Assim, as cadeias, que já estavam lotadas de comunistas e liberais pequeno-burgueses, vão se superlotar de mais comunistas e de todas as categorias de opositores, menos os elementos da cúpula oligárquica, que são presos e logo soltos, ou, em alguns casos, exilados. A partir de maio são os integralistas que ocupam as células carcerárias. A tortura e a morte são as normas de uma polícia repressiva, que não é ainda tão “científica” como posteriormente.

O sistema repressivo completa e é parte garantidora do quadro institucional do Estado Novo. Com o tempo, até os países estrangeiros reconhecem o novo Estado, e os americanos, à frente de outros países, normalizam as relações com o Brasil. Com o início da guerra na Europa, os aliados necessitam das nossas neutralidade e matérias-primas, e tudo parece demonstrar que o arcabouço do Estado Novo é rígido e inquebrantável, e que interna e externamente ele se solidifica cada vez mais.

O prolongamento da guerra modifica o panorama interno e externo: o bloqueio naval aliado e as primeiras derrotas alemãs, além da entrada dos Estados Unidos no conflito europeu e asiático, fazem com que o Brasil dependa cada vez mais do comércio com a Inglaterra e Estados Unidos. A Terceira Reunião dos Ministros das Relações Exteriores Americanas, realizada no Rio, em janeiro de 1942, é o momento em que a maior parte dos países americanos é obrigada a romper relações com os países do Eixo. Nos meses seguintes começam os afundamentos de navios brasileiros: a indignação é geral e em julho e agosto de 1942 vai se dar fato inédito no Estado Novo, que é a presença de estudantes e povo nas ruas, espontaneamente, fazendo comícios e exigindo a entrada do Brasil na guerra. O resultado é o decreto sobre Estado de Guerra, em 31 de agosto de 1942.

A interrelação entre fatores externos e internos se dá em tempo e modo diferentes. É assim que a pressão aliada representa, no início, só um elemento a favor do esforço brasileiro na guerra, não sendo negativa para eles a forma ditatorial de nosso governo em fins de 1944 e começo de 1945, dá-se uma mudança na atitude estrangeira, quando o Secretário de Estado norte-americano vem ao Brasil (janeiro de 1945), depois da Conferência de Yalta, e pressiona Getúlio Vargas para a abertura democrática, senão o Brasil não pode participar da Conferência de São Francisco (ONU).

No plano interno, a guerra liberta gradativamente certas forças que estão sufocadas pelo Estado Novo. Esquemáticamente, podemos dividi-las da seguinte maneira:

1) *os diversos grupos oligarco-burgueses*, representados por aqueles que são aliados do poder em 1937; com o tempo eles se reforçam com a adesão dos que deixam de se simpatizar com o regime; e dos que estão sendo substituídos nos diversos escalões administrativos-políticos, com as mudanças nos governos dos Estados e com as crises ministeriais de 1942 (saída de Francisco Campos, Filinto Muller e outros) e de 1944 (saída de Oswaldo Aranha;

2) *grupos internos governamentais*, que dentro do sistema representam oposição à tese da não entrada do Brasil na guerra (defendida por muitos militares e o próprio Getúlio Vargas), e defendem posições democratizantes. Os exemplos se centram na ação de Oswaldo Aranha, no Ministério das Relações Exteriores; na fundação da Sociedade Amigos da América, com o General Manoel Rabelo; e na Liga de Defesa Nacional;

3) *movimento estudantil*, que congrega alunos de quase todas Escolas Superiores do Brasil, sendo composta ideologicamente de conservadores pertencentes às oligarquias tradicionais, de liberais, socialistas e comunistas. O centro de cada núcleo é diferente em cada Estado: em São Paulo, é a Faculdade de Direi-

to; no Rio, é a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Faculdade Nacional de Direito; no Recife, é a Faculdade de Direito etc.;

4) *movimento comunista*, que começa a renascer a partir de 1941. Se dividem em grupos regionais e defendem duas posições: a entrada do Brasil na guerra, mas nada de colaboração com Getúlio Vargas; em resumo, é “luta contra o fascismo externo, luta contra o fascismo interno”. Outra facção, que representa a maioria, preconiza a entrada do Brasil na guerra, e apaziguamento momentâneo da luta contra o Estado Novo, mas, também, exigem algumas medidas liberalizantes. Seu lema é o da “União Nacional”.

Todas estas facções e tendências defendem a frente única na luta contra o inimigo externo e, para isto, a necessidade de esforços comuns internos. Mas, do governo e, o que é essencial, agora a iniciativa deixa de ser exclusiva do Estado Novo. A ativação dos focos oposicionistas — que se intensificam cada vez mais a vo. A ativação dos focos oposicionistas — que se intensificam cada vez mais a partir de 1943 — impede o governo de aplicar medidas coercitivas e totalitárias, pois o que as oposições pedem é a luta pela democracia e a proibição destes movimentos repercute negativamente no exterior. Daí a ambigüidade favorecer as oposições e também permitir-lhes uma ação mais livre, mesmo que haja aqui e ali graves desmandos de força contra ela, com mortes e prisões.

Neste primeiro artigo vamos mostrar a ação das classes oligarco-burguesas e um dos pontos altos desta resistência, que é o Manifesto Mineiro, de 24 de outubro de 1943. Nas seguintes serão analisadas outras correntes.

Logo após o 10 de novembro de 1937 é deposto do governo o Partido Democrático de São Paulo; demitem-se Juracy Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, respectivamente governadores da Bahia e Pernambuco. Estes grupos vão se somar às outras forças oposicionistas já existentes, e todos compreendem ser impossível retornarem ao poder diante da situação ditatorial.

Ainda em 1937, vários líderes são presos, entre eles Armando de Salles Oliveira, Júlio Mesquita Filho, Paulo Duarte, Otávio Mangabeira e muitos outros. Com o golpe integralista de 11 de maio de 1938, vários deles são exilados para a França e, até 1945, percorrem uma longa trajetória geográfica (Argentina, Estados Unidos etc.). Os Armando de Salles e outros fazem contínua pregação contra o Estado Novo, acusando o regime de ditatorial e mostrando o seu sentido antidemocrático. O que defendem é a restauração da “democracia representativa” e a “liberdade do indivíduo”. Este foco de exilados, mais ligado à São Paulo, é antecipado por outro: é o de Flores da Cunha, que mora no Uruguai e Argentina desde outubro, e que escapa de ser preso quando as tropas do Exército, comandadas pelo General Daltro Filho, ameaçam depô-lo do governo do Rio Grande do Sul. Depois do golpe vêm-se juntar a ele o Coronel Euclides Figueiredo, velho militar ligado às revoluções de 1930 e 1932.

Enquanto o primeiro grupo de exilados paulistas prega contra o Estado Novo, procurando desmascarar o governo totalitário brasileiro e também acusa os Estados Unidos e outras democracias de pactuarem com ele, o grupo do Prata pretende partir para movimentos armados. As suas articulações e conspirações são contínuas e infrutíferas, até que em 1943 Flores da Cunha retorna ao país, por conta de própria, para ser julgado e preso.

No plano interno, ao contrário do externo, os grupos estaduais oligarco-burgueses oposicionistas mantêm-se calmos. A repressão é constante e, de tempos em tempos, dão-se prisões de alguns de seus líderes, com a conseqüente soltura, sempre devido a suspeitas infundadas da polícia. Senão, é o caso da rebeldia individual de um Artur Bernardes, que estando confinado na sua fazenda em Viçosa, por ordem do Governo Federal, foge e vai para o Rio de Janeiro. Só em 1939, um episódio maior revela traços de inconformismo, que é a fundação da *Sociedade dos Amigos de Rui Barbosa*. Ela é inaugurada propositalmente no dia 23 de maio (aniversário de um dos episódios que antecederam a revolução paulista de 1932), e quem discursa é Ibrahim Nobre, orador da “grandeza paulista”. Inflamados, os estudantes da Faculdade de Direito saem às ruas e quebram vitrinas de lojas e arrebatam retratos de Getúlio Vargas. A polícia prende de alguns elementos da Sociedade e os solta depois.

Nos anos posteriores, até 1943, as oligarquias-burguesas se acomodam. O importante, porém, é que desde o começo de 1942 as lideranças operárias e pequeno-burguesas, além da dos estudantes, já se movimentam de forma e momentos diferentes. Os comícios pró-guerra; as articulações secretas de comunistas, que vão desembocar no Congresso da Mantiqueira, de agosto de 1943; o funcionamento intensivo da UNE e a ativação dos diversos focos universitários são sinais de que as pressões contra o governo são mais de origem popular do que ligadas às classes dirigentes oposicionistas. Só tardiamente é que elas se apresentam, girando em torno de um grupo, a dos mineiros, e resultante de um incidente.

Em agosto de 1943 se reúne no Rio de Janeiro o Congresso Jurídico Nacional, convocado pelo Instituto dos Advogados. O governo procura impedir qualquer manifestação jurídica que possa ter caráter político ou liberal e, diante disto, as delegações de Minas Gerais e Rio de Janeiro retiram-se do plenário. O fato leva um grupo de mineiros oposicionistas a articular um documento contra o Estado Novo, que é conhecido pelo nome de Manifesto dos Mineiros (24.10.1943) Para sua elaboração participam homens de tendência liberal, como um Virgílio de Melo Franco, conservadores, como Dario de Almeida Magalhães. Pedro Aleixo, Magalhães Pinto, Milton Campos, Afonso Arinos de Melo Franco, Artur Bernardes são alguns dos 89 signatários do documento.

A publicação secreta do documento, em forma de folheto, leva Getúlio Vargas a represálias contra seus autores: muitos deles são funcionários públicos, e, assim demitidos ou aposentados; outros, obrigados a se afastarem das firmas particulares, para elas não serem atingidas; e o Banco Hipotecário, onde trabalha Afonso Pena Júnior, é encampado pelo Estado de Minas. A reação é violenta, mas ao contrário das corriqueiras medidas coercitivas policiais contra estudantes e operários, onde o destino das lideranças e não-lideranças é a cadeia, a tortura e até a morte, as facções oligarcas se respeitam e seu jogo recíproco de ação-e-reação tem um limite, que não atinge profundamente a essência da própria classe — individual e estruturalmente.

O processo aparece claramente depois. Nos meses seguintes, as diversas facções oligarca-oposicionistas, no exílio e internamente, permanecem intransigentes contra Getúlio Vargas e continuam a se manifestar individualmente. Só a partir de agosto de 1944, que elas começam a se agrupar em torno de uma ban-

deira comum, que é o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidatura que vai crescendo e se torna realidade entre fevereiro e março de 1945.

O episódio revela a verdadeira característica da classe. Intransigência e radicalismo não significam para a oligarquia-burguesa atitudes de luta de classe, de destruição dos segmentos contrários, mas luta interclasse, luta pelo poder. O ódio é pessoal, é dirigido contra o ditador e os que o envolvem, não contra a sua classe social, pois todos defendem os mesmos valores, pertencem à mesma classe — só se diferenciando pelas nuances históricas e partidárias.

É por isto que o jogo tem seus limites: quando a oposição defende os valores constitucionais, ela quer retomar seu passado e sua liberdade de ação; com o declínio crescente do Estado Novo, principalmente a partir do segundo semestre de 1944, os seus partidários vão se organizar exatamente nos mesmos moldes da oposição — e que também é parte de sua herança, — isto é, em torno dos mesmos ideais. Mesmo que surjam novos partidos e que a situação é bem mais complexa, tudo se faz em torno da luta renhida dos grupos, até que a situação exija novo reagrupamento dos irmãos siameses — inimigos ontem, amigos hoje, — quando se trata de lutar contra o perigo comum — o comunismo. O fechamento do Partido Comunista em 1947 é exemplo desta união das classes dirigentes oligarca-burguesas.

## II. *A oposição estudantil*

O binômio estudante e política nasce cedo no Brasil. Para não falarmos destas relações na Inconfidência Mineira ou nos vários momentos do século XIX, é entre 1930 e 1937 que elas se tornam mais atuantes e contínuas. Neste último período, o movimento estudantil é marcado pelas ações comunistas, e em escala variável, pela integralista e a dos conservadores oligarcas. Ao contrário dos momentos anteriores, agora existe ligação direta entre partido e representação universitária.

O Estado Novo, terminando com a liberdade impede toda manifestação política. Mesmo assim, entre 1937 e 1942 — que se pode denominar primeira fase do movimento estudantil — não deixa de haver aqui e ali sinais de vida universitária independente. Na segunda fase, entre fins de 1942 até 1945, é que há, no entanto, maior expansão e sua total libertação da pressão policialesca. Nestes dois momentos há coerência da ação das correntes participantes, com a presença de comunistas, socialistas, liberais e conservadores oligárquicos. O fundamental, durante o Estado Novo, é a exclusão do integralismo — identificado com o nazismo e a *Quinta Coluna*, isto é, a espionagem fascista, — e a predominância dos liberais e comunistas à frente dos acontecimentos estudantis.

Na primeira fase, que é episódica, os comunistas, por exemplo, se manifestam em solidariedade a Getúlio Vargas quando de sua primeira visita a São Paulo, após 1930. No dia 23 de julho de 1938, o ditador vem a capital paulista e a elite oligarquica oposicionista considera vexatória a excursão. É o recém-nomeado Interventor Ademar de Barros que o convida e prepara-lhe a recepção.

Como se dera em maio o golpe integralista, o PCB dá apoio ao governo, pois entre uma ditadura de extrema-direita e outra de direita, taticamente é preferível a última delas. No Manifesto *Aos Estudantes e ao Povo de São Paulo*, assinado por líderes estudantis de diversas tendências, elogiam-se as medidas a favor do petróleo, siderurgia, intensificação da cultura do trigo e declara-se ser “preciso demonstrar em praça pública... o apoio da mocidade estudantil de São Paulo a essa obra gigantesca que dará aos brasileiros independência política e econômica. Demonstraremos, também, a nossa repulsa veemente aos mazorqueiros que, a 11 de maio, tentaram entregar o Brasil à desordem e à anarquia, asfixiando o sentimento democrático do nosso povo...”. Outro episódio, desta vez ligado ao grupo de conservador-oligarco da Faculdade de Direito de São Paulo, é o da inauguração da *Sociedade Amigos de Rui Barbosa* citado no artigo anterior, quando estudantes saqueiam lojas e quebram retratos do ditador.

Estes e outros pequenos acontecimentos demonstram inquietude, ao mesmo tempo que comprova o limite circunstancial da oposição estudantil. A consolidação do Estado Novo torna-se cada vez mais ampla, como vimos no primeiro artigo, e não pode ser contestado por um movimento sem estruturação partidária interna, como é o estudantil. Mas, devido à essência centralizadora do regime, o Estado Novo sente a necessidade de açambarcar todos os campos, o que leva a aceitar a permanência do único organismo unitário dos estudantes, que é a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 11 de agosto de 1937, quase na véspera do golpe.

É só no II Congresso, em abril de 1938, que a UNE torna-se o “órgão máximo de representação dos estudantes”, com a finalidade de “defesa dos seus interesses”. É nesse espírito que se realizam o III (1939) e o IV Congresso (1940), momento em que se pressiona cada vez mais o Ministério da Educação (Gustavo Capanema) para que aceite as suas reivindicações sobre custo de vida, teatro e carteira estudantil, etc.

Nesta ação da UNE, que faz parte da primeira fase do movimento estudantil durante o Estado Novo, a liderança cabe aos Antonio França, Luís Pinheiro Paes Leme, Germinal Feijó e outros, de tendências esquerdistas e liberais e opta-se por processo gradativo e não radical. Daí, aparecer como principal neste momento as questões reivindicatórias gerais e o problema da estruturação interna da UNE e, ligado ou não ligado a esta realidade, o reforço dos Diretórios das Faculdades nos Estados.

A guerra e os conseqüentes problemas externos e internos permitem o aparecimento de uma nova situação, que conduz o movimento estudantil à sua segunda fase. Não há dúvida alguma que são os estudantes os primeiros a quebrarem a estrutura do silêncio, o sistema repressivo, a iniciativa elitista do Estado Novo. Sem esperar o consentimento das autoridades e o seu beneplácito paternalista, eles saem às ruas para se manifestarem a favor dos aliados, contra o aprofundamento de navios brasileiros. O dia 4 de julho de 1942 é o primeiro momento da libertação, que sofre posteriores vicissitudes, mas impulsiona e dá élan à luta das diversas facções oposicionistas. Não tem importância aqui a relação entre estudantes e política militante; o fundamental é que o movimento apresenta unidade acima da diversidade partidária, e também ele é bem mais amplo do

que a ação da classe operária e das oligarquias. A política estudantil, neste momento, é a única política de massas e dirigida às massas. É intencionalmente voltada ao povo e o atinge diretamente, pois, saindo às ruas e se manifestando contra o nazismo, as adesões e as simpatias só tendem a crescer neste contato direto, numa ocasião em que o próprio povo está saturado do Estado policial.

O movimento estudantil vai se centrar e ser politicamente influenciado por correntes liberais e da esquerda. A UNE continua a ser o grande centro polarizador, mas nos Estados há focos fundamentais. Podemos, sinteticamente, dizer que as tendências são as seguintes: a União Nacional dos Estudantes vai ser dirigida a partir de 1942 por Rômulo de Almeida, que se cerca de outros dirigentes anteriores, marcando posição esquerdizante; a Faculdade de Direito de São Paulo, com Germinal Feijó e Wilson Rahal, defende posição liberal-esquerdizante; no Rio, a Faculdade Nacional de Direito e a Escola Politécnica se compõem de liberais e esquerdistas; na Bahia, a Faculdade de Direito é liberal e esquerdizante.

A mudança básica se inicia com o acontecimento insólito da passeata de 4 de julho de 1942, data do aniversário da Independência Americana. Bem antes, liderados por estudantes da UNE, pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil, da Confederação Brasileira dos Desportos Universitários, Diretórios e Centros de outras Faculdades, são feitos comícios-relâmpagos nas escadarias do Teatro Municipal, Largo da Carioca e Largo de São Francisco. Com a simpatia dos Oswaldo Aranha, General Manoel Rabelo, Ernani do Amaral Peixoto, Interventor do Estado do Rio, e outros, os estudantes resolvem partir para demonstração mais agressiva e totalizante, que é uma passeata pelas ruas do Distrito Federal, para demonstrar repúdio contra o fascismo, contra o afundamento de navios brasileiros pelos alemães etc. O Chefe da Polícia Filinto Muller usa de ameaças e violência, mas nada impede a continuidade da articulação. Mais ainda, a exacerbação repressiva das autoridades do Estado Novo provoca atritos graves entre Filinto Muller e Vasco Leitão da Cunha, que substitui interinamente Francisco Campos no Ministério da Justiça, o que permite Getúlio Vargas demitir os três, alguns dias depois.

A passeata do dia 4 de julho é apotética. Na presença de um grande público e antecedido pela Polícia Militar, os universitários do Rio, jovens do Colégio Pedro II e representantes das faculdades estaduais saem da Praça Mauá, debaixo de chuva intensa, e percorrem toda a Avenida Rio Branco. Na frente vão carregando dísticos de crítica à política e aos dirigentes dos países do "Eixo". Depois, seguem-se carros alegóricos, o do Diretório Central dos Estudantes, homenageando Getúlio Vargas; o da UNE, contendo uma jaula e presos nazistas; o da Escola Nacional de Música, com jaula e os presos Hiroito, Hitler e Mussolini; o de homenagem a Oswaldo Aranha, com dizeres "campeão da democracia" e "ao Chanceler das Américas, homenagem dos estudantes". Fora isto, há faixas a favor de Getúlio Vargas, Roosevelt, Churchill, Oswaldo Aranha, Interventor Amaral Peixoto, Eurico Gaspar Dutra, Vasco Leitão da Cunha etc.

A vitória estudantil provoca novas iniciativas. Na véspera de o Brasil romper relações diplomáticas com Alemanha e Itália, os Presidentes da UNE, do DCE, da CBDU resolvem tomar de surpresa o Club Germânia, onde cada uma destas



associações instala sua sede. Nestes meses, também, dão-se uma série de comícios nos Estados, sempre justificados pela luta ao nazismo e sua guerra, e vistos com maus olhos pelas autoridades.

Ao mesmo tempo em que o governo não pode impedir mais a avalanche estudantil — que é acusada falsamente de ser comunista, pelo Exército e o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, — os universitários se agregam e lutam em frente única contra o perigo comum, que é o nazi-fascismo. É no Congresso da UNE, em julho de 1943, que a palavra da ordem da União Nacional aparece como total: “Senhor Presidente, os estudantes do Brasil saem do seu VI Congresso armados para a luta cotidiana da união nacional. Não permitiremos que das nossas debilidades e insuficiências no terreno político e administrativo, das nossas dificuldades enormes, para realizar o esforço interno de guerra, se faça bandeira para aumentar e agravar essas mesmas debilidades, insuficiências e dificuldades. Só com a união nacional pode entregar o Governo a capacidade de adaptar-se, pelas formas necessárias, às imposições criadas a cada instante pelo complicado jogo dos problemas da política de guerra. Só a união nacional, com a arregimentação cívica de todo o povo de sua poderosa e indestrutível força construtiva, em torno do seu Presidente e chefe supremo das Forças Armadas, pode entregar V. Exa. a plena liberdade de ação que a solução dos problemas da guerra exige”. (*Jornal do Comércio*, 31.7.1943).

Esta não é a posição de todas as correntes universitárias, ou melhor, a União Nacional é uma constante de todos, mas as diversas correntes a compreendem de maneira diferente: um grupo de esquerdistas e liberais a concebe como um esforço de guerra contra o nazi-fascismo e, para isto, é preciso se unir em torno de Getúlio Vargas para forçá-lo a agir nesta direção; enquanto for necessária a união de esforços, não deverá haver nenhuma crítica ao fascismo interno, o que desgastará a coordialidade do momento, como também, a derrota da Alemanha e Itália trará automaticamente condições novas e democráticas. Outra corrente, composta de alas diferentes de esquerdistas e liberais, quer a União Nacional na luta contra o fascismo externo, ao mesmo tempo em que faz crítica ao sistema totalitário interno, indo alguns até a querer a derrubada do ditador.

A última facção é responsável por atos que envolvem o movimento estudantil na Bahia e em São Paulo. Nestes Estados, dois núcleos agem com intensidade contra o Estado Novo, o último deles sendo responsável por ações contínuas e permanentes. O primeiro é representado pela União dos Estudantes da Bahia, que inclui principalmente os acadêmicos da Faculdade de Direito; o segundo, pela Faculdade de Direito de São Paulo.

A União dos Estudantes da Bahia é seção da UNE e participa nos Congressos realizados pela última, no Rio de Janeiro. Em outubro de 1943, seu Presidente, Álvaro Pinho, convida Gilberto Freyre a fazer conferência em Salvador, em desagravo à perseguição que sofre em Pernambuco, com policiais cercando sua casa e o ameaçando pessoalmente. Ainda mais, esta é a segunda vez que o escritor é perseguido pelo Interventor Agamenon Magalhães; a outra foi em fins de junho de 1942, quando acusado de ter escrito contra o movimento escoteiro, os religiosos, e ter insinuado contra a conduta da Polícia estadual, é tranca-

fiado na cadeia e solto devido à intervenção de Gustavo Capanema, Francisco Campos e Getúlio Vargas.

Gilberto Freyre é um intelectual moderado, que diverge pessoalmente da facção de Agamenon Magalhães: na década de 1920 ele pertence ao grupo oligárquico de Estácio Coimbra, que cai com a revolução de outubro; a partir de então, sua posição foi de um liberal da década de 1930, o que aumenta-lhe as antipatias. Com o Estado Novo vai se dar um fato curioso: seu prestígio é grande no plano federal, com Gustavo Capanema e outros; é odiado e perseguido no seu Estado, ainda mais que está ligado ao grupo de Assis Chateaubriand, contrário a Agamenon.

Daí a prisão de 1942 e sua continuidade, as perseguições do ano seguinte. E, por sua vez, a reação estudantil, que se manifesta em setembro de 1943, antes do convite oficial, para conferências, em Manifesto assinado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, Centro de Estudos da Faculdade de Filosofia, União dos Estudantes da Bahia, Diretório da Faculdade de Medicina, Escola Politécnica, Medicina Veterinária, Escola de Belas Artes etc.: “desta sorte... pretendemos defender e solidarizar-nos aqui com o sociólogo que honra a cultura nacional, e, sobretudo, com o antifascista que, destemeroso e convicto, se lança à luta pelo desmascaramento dos últimos redutos do reacionarismo”.

Em dezembro de 1943 Gilberto Freyre é recebido solenemente em Salvador, onde pronuncia conferências e é homenageado pelos estudantes e professores. O evento é motivo de reações no país inteiro, sempre favorável à liberdade intelectual, principalmente porque neste momento estão sendo perseguidos, como diz o estudante Fernando Santana, “Erico Veríssimo, Sobral Pinto, o Bispo de Maura, Jorge Amado, José Lins do Rego e tantos outros, vítimas da reação, dos preconceitos, da burrice”.

Em São Paulo, a ação da Faculdade de Direito é mais ampla. Mesmo no início da ditadura do Estado Novo, como vimos atrás, há sinais de mal-estar contra o regime, e um incidente que se dá em 1938 revela o espírito de luta contra o governo: em abril deste ano, J.J. Cardoso de Melo Neto, Interventor do Estado, é substituído por Ademar de Barros. O primeiro é do Partido Democrático e partidário de Armando de Salles Oliveira, tendo divergido deste em 1937. Com o golpe, adere ao Estado Novo. Com a perda de seu lugar, retorna à Faculdade de Direito para reassumir a cátedra: neste dia os estudantes bloqueiam o portão de entrada, envolvendo o velho catedrático, querendo proibí-lo de entrar no recinto da Faculdade. A coragem pessoal de Cardoso de Melo Neto o fez enfrentar os estudantes e vencê-los.

Estes e outros atos isolados pontilham a primeira fase do movimento dos estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto. Na segunda fase, a continuidade de ação é permanente, sendo marcada por graves acidentes, entre eles o de 2 de novembro de 1943. Como vimos atrás, os paulistas participam da dinamização da UNE e se representam no desfile de 4 de julho de 1942. Enquanto isto, organizam comícios memoráveis, a favor da entrada do Brasil na guerra, em novembro e dezembro deste mesmo ano: nas sacadas da Faculdade de Direito, os estudantes Germinal Feijó e Arrobas Martins, entre outros, fazem inflamados

discursos para uma imensa multidão apinhada no Largo São Francisco e começo da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.

Em 1943 as reações estudantis crescem, tanto a favor da entrada do Brasil na guerra como contrária à ditadura. É programado largo ciclo de comícios e conferências, na capital e interior, destinado a denunciar o perigo do fascismo mundial e a "importância da nossa participação efetiva na mesma". O Departamento de Imprensa e Propaganda sabota parcialmente o projeto. Logo mais o governo do Estado nomeia um novo Secretário da Segurança Pública, Coroliano de Góes, para reprimir a onda crescente oposicionista. Uma das coisas que faz é ameaçar diretamente os universitários: "Benzam a Deus não ter eu que ir à Faculdade, pois se isso acontecer não medirei conseqüências e se preciso for atirei nos estudantes, fazendo correr sangue".

A ameaça não é vã: durante o Baile das Américas (30.11.1943), o Presidente do XI de Agosto, Hélio Mota, dá "morra a Getúlio! Viva a Democracia". No dia seguinte é preso e os estudantes, em 10 de dezembro, realizam Assembléia e fazem Manifesto. De nada adiantando, resolve-se fazer passeata, onde os estudantes caminham de braços dados e com o lenço na boca, simbolizando o amordaçamento da palavra. Ao chegarem à Praça do Patriarca, carros blindados e polícia armada os esperam, sendo metralhados: morrem duas pessoas e ficam feridas 25. São estudantes e populares os atingidos.

A indignação é geral, o estado de revolta cresce. O governo amordaça mais a imprensa e tenta abafar toda expressão mínima de liberdade. Mas os acadêmicos de Direito não aceitam passivamente a situação: em abril de 1944 começa a circular jornal clandestino *Resistência*, do qual saem 3 ou 4 números. É informativo e traz um Programa, que traduz luta contra o fascismo interno: "Resistência é uma das primeiras realizações práticas dessa vontade de reconstrução política de um povo livre. Queremos um Brasil democrático que possa ombrear-se com as demais nações que constituem a coligação democrática e que possa apresentar-se sem opróbrío no mundo de após-guerra. *Resistência* se baterá por uma democracia efetiva no Brasil...". E nos itens reivindicatórios fala em "convocação imediata de eleições para uma assembléia constituinte", supressão do DIP, anistia aos presos políticos, com excessão dos quinta- colonistas etc.

Em março de 1944, com a formatura da turma acadêmica de 1943, pretexta-se um banquete de homenagem e o orador é Germinal Feijó. Num discurso brilhante ele enfatiza toda a situação do momento e a respectiva posição estudantil. Depois de mostrar "pretextos" para o Golpe de 1937 e o sentido atual da ditadura, fala da relação entre o estado de fato e os estudantes: pessoas sem ligação doutrinária com o Estado Novo dizem que devemos colaborar com o estado de guerra existente, mas "desenvolvemos, de início, um largo trabalho no sentido de tornar possível uma união nacional para a guerra em torno do Governo de fato. Mas o Governo não tomou nenhuma das providências essenciais para a efetivação de tão reclamada união nacional. Em primeiro lugar, como evidentemente se impunha, um decreto de anistia aos exilados e presos políticos democráticos".

No correr dos meses seguintes a desagregação do Estado Novo se acentua, principalmente quando o General Góes Monteiro volta de Montevidéu, disposto

---

a liderar movimento contra Getúlio Vargas dentro do Exército. Lentamente, as diversas forças oposicionistas se articulam para um retorno constitucional, enquanto as correntes governistas menos radicais começam a aceitar a inevitável idéia. Em janeiro de 1945, quando Stettinius vem ao Brasil, diretamente da Conferência de Yalta, o governo praticamente está à beira de um colapso, e os radicais favoráveis à ditadura — Eurico Gaspar Dutra, Marcondes Filho — se vêem cada vez mais enfraquecidos.

A abertura de fevereiro de 1945 desfaz a unidade estudantil. Apesar de suas divergências ideológicas — democráticos, socialistas, comunistas e suas diversas nuances, — a idéia de união nacional contra o fascismo externo e interno é o *leit-motiv* básico de luta, mesmo que existam divergências sobre táticas e questões específicas. Mas, com o Estado Novo em crise, os partidos surgem e as posições divergentes vão se cristalizando e tomando forma. Não se trata, agora, de lutar somente contra o inimigo comum interno, e sim saber quem vai ser capaz de tomar conta do Estado. Como vimos no começo, o movimento estudantil está ligado à política antes de 1937, daí o seu retorno automático às suas origens: universitários e ex-universitários é quem irão compor parte dos agrupamentos oligarco-burgueses, como a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático; ou os partidos socialistas reformistas, como o Socialista Brasileiro; ou o Partido Comunista do Brasil. Só na década de 1960, por outras razões, é que o movimento estudantil ressurgiu com certa autonomia.

### III. *As crises governamentais*

Como vimos na primeira parte, o Estado Novo é politicamente compósito, isto é, nasce apoiado em forças diversas: estas vão de segmentos das classes oligárquicas, passam pela Ação Integralista Brasileira e chegam à maioria das Forças Armadas e Igreja; também a burguesia e a pequena burguesia lhe dão aprovação tácita.

A composição governamental, no entanto, não traduz toda esta complexidade. As rédeas do Executivo ainda estão ligadas às formas tradicionais do passado, e nos Estados o sistema social-político-administrativo continua a ser dominado integralmente pelas forças oligárquicas locais. No plano federal é que, num certo momento, poderia haver pequena modificação da estrutura político-administrativa, com a entrada de Plínio Salgado no Ministério.

O Ministério de Getúlio Vargas é dominado por elementos radicais direitistas, como Francisco Campos, na Justiça, Eurico Gaspar Dutra, na Guerra, Marcondes Filho, no Trabalho, Filinto Müller, na chefia da Polícia, e outros. Por outro lado, o golpe de 10 de novembro de 1937 afasta elementos liberalóides como Odilon Braga, da Agricultura, Indústria e Comércio, e José Carlos de Macedo Soares, da Justiça. Oswaldo Aranha, das Relações Exteriores, é o único elemento mais democrático e favorável à aproximação com os Estados Unidos, enquanto os outros estão mais próximos das idéias fascistas e simpáticos à ligação com a Alemanha e Itália.

A primeira crise do Ministério, que é a saída de Odilon Braga (Novembro, 1937), repercute mal; contudo, não abala o sistema, sendo encarada como episódio pessoal. Mas, outro acontecimento mais grave terá repercussão: a divergência com o Integralismo.

Segundo depoimento do próprio Plínio Salgado, seu primeiro contato com Francisco Campos, que o sondava para o apoio ao futuro golpe de Estado, dá-se em setembro de 1937. O Ministro da Justiça promete que a Ação Integralista Brasileira” seria A BASE DO ESTADO NOVO, acrescentando que, naturalmente, o INTEGRALISMO teria de ampliar os seus quadros para receber todos os brasileiros que quisessem cooperar no sentido de criar uma grande corrente de apoio aos objetivos do Chefe da Nação”. (O grifo está no original). Depois de 10 de novembro, o governo decreta a extinção de todos os partidos e promete a Plínio o Ministério da Educação. O cargo é secundário e representa uma forma de quebrar o ímpeto reivindicatório do movimento e também uma maneira de torná-lo parte integrante do sistema. O Chefe Nacional compreende o jogo e nega-se a aceitar a combinação, até que envia a “Carta do Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira, Plínio Salgado, ao Senhor Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, em 28 de Janeiro de 1938”.

O rompimento com o ditador é inevitável, porque a A.I.B. está esfacelada e o Chefe Nacional não é mais chefe: sua liderança é contestada pelos seus adeptos mais radicais, que o acusam de ter feito acordo com Getúlio Vargas, sem conhecimento de seus companheiros, e o resultado é a marginalização do movimento. A crítica significa declínio de sua liderança, fato que se comprova nos meses seguintes, quando os radicais partem para um movimento armado contra Getúlio Vargas. Em declarações posteriores, Belmiro Valverde afirma que Plínio Salgado ordenou o levante de 11 de maio de 1938, mas “vencidos, ele nos pôs de lado; vencedores, haveria de querer surgir como grande Messias, o Homem do Destino. Cometemos para com ele o pecado de não ganhar a partida” (Diretrizes, 28.11.1945). Apesar disto, os acordos entre integralistas, grupos oligárquicos oposicionistas e elementos da Marinha e Exército são feitos sem a participação direta de Plínio, o que lhe permite inocentar-se. O resultado é o seu “exílio” em 1939, custeado pelo governo de Getúlio Vargas.

Prendendo e perseguindo os integralistas, o governo livra-se de um aliado incômodo e caracteristicamente fascista. Do ponto de vista situacionista, a A.I.B. é neutralizada para o golpe de 10 de novembro, e, posteriormente, o governo obtém novo êxito com o *putch* de 11 de maio de 1938, pois a aparência é de que o Estado Novo não é fascista, porque combatido pelo único partido direitista existente.

O complot integralista, porém, é vasto e implica pessoas de outras tendências. É o caso da demissão de Luís Aranha da Presidência do Instituto dos Marítimos, em 1º de julho, depois de uma série de investigações, o que leva seu irmão Oswaldo Aranha a solidarizar-se com ele e sair do Ministério das Relações Exteriores; e, por motivos outros, Eurico Gaspar Dutra quer sair do Ministério da Guerra. Depois de arranjos, os dois ministros voltam atrás.

Entre 1938 e 1942, o Estado Novo se consolida, e as mudanças internas são de rotina. A guerra traz outras possibilidades de expansão das correntes po-

pulares e das classes dirigentes oposicionistas, fato que se inicia com a ação da União Nacional dos Estudantes (UNE), dos Diretórios das Faculdades Estaduais e com a passeata de 4 de julho de 1942. Mas o importante é o apoio semi-oficial que os estudantes encontram nas pessoas de Oswaldo Aranha, General Manoel Rabelo, Interventor Amaral Peixoto e outros.

Oswaldo Aranha lidera corrente democrática e minoritária dentro do Ministério; mas a pressão dos Estados Unidos, a partir de 1939, torna-se cada vez mais forte, até que a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (Janeiro de 1942) concretiza o rompimento dos Estados Americanos com o Eixo Roma-Berlim-Tóquio. Isto significa maior prestígio interno do Ministro; o fato, porém, provoca recrudescimento da ala fascistóide contra Aranha e sua política.

Em março de 1942, Oswaldo Aranha rompe com Filinto Müller, depois de acre incidente pessoal. O auxílio que dá aos estudantes para a realização da Passeata de 4 de Julho é o rastilho final dessa divergência ideológica.

Desde os primeiros preparos da Passeata, Filinto Müller e outros tentam pôr obstáculos à iniciativa. A marcha estudantil, no entanto, vai ser realizada em protesto contra o torpedeamento dos navios brasileiros, que vêm se intensificando cada vez mais nos últimos meses. Daí a força do movimento, e o governo não pode encontrar justificativa aparente para vetá-la. Apesar disto, o Chefe da Polícia do Distrito Federal tenta impedir a concentração e forçar o Ministro da Justiça, Francisco Campos, a tomar a iniciativa da repressão. Como este está em São Paulo, quem o recebe é Vasco Leitão da Cunha. Entre ambos há discussão e Filinto é preso por um oficial superior, por ter desacatado autoridade hierarquicamente mais alta. Assim, o torturador-mór do Estado Novo, o Chefe da Polícia odiado, o homem que fugiu com o dinheiro da Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, é demitido por Getúlio Vargas. Neste momento, o incidente coincide com o desejo de Getúlio de enfraquecer a ala pró-nazista, o que o leva também a retirar Francisco Campos do Ministério da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, o substituto de Francisco Campos, e Lourival Fontes, do Departamento de Imprensa e Propaganda.

A guerra e o início da derrota nazi-fascista na África do Norte e na Rússia levam as forças brasileiras pró-democracia a uma nova ofensiva, com características diferentes. Até então, a reação contra os elementos fascistóides do governo se faz ou externamente ao sistema — caso do movimento estudantil — ou internamente, com a disputa entre os quadros — caso de Oswaldo Aranha. Em Janeiro de 1943, nasce um organismo particular, composto de pessoas ligadas ao Exército e ao governo, mas independente de ambos: é a Sociedade Amigos da América. É inaugurada em 1º de Janeiro de 1943, presidida pelo General Manoel Rabelo, e destina-se a “colaborar no esforço bélico do Brasil”, “prestar apoio efetivo aos países americanos envolvidos no conflito mundial, deflagrado pelos totalitários, inimigos da Independência e da liberdade dos povos”, “batalhar pelas quatro liberdades fundamentais enumeradas pelo Presidente Roosevelt e pelos princípios da Carta do Atlântico” e “combater a quinta-coluna e denunciar os seus múltiplos disfarces”.

No discurso inaugural, o General Manoel Rabelo convoca o povo para comparecer a este comício, que se realiza no Teatro Municipal. Logo depois nascem

sucursais em todos Estados. A sua expansão comprova a pujança da Sociedade e, cedo, certas forças governamentais acusam-na de ser receptáculo de comunistas e de opositoristas. O Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, é um dos elementos desta corrente.

Apesar da sua existência incomodar o governo e deste saber que muitos militares são liberais, ou comunistas, ou opositoristas — pois todos têm interesse comum, a luta contra o fascismo, — torna-se impossível tomar medidas drásticas contra um organismo pró-Estados Unidos, pró-democracia, pró-aliados.

No decorrer de 1943 e 1944, o General Manoel Rabelo, Oswaldo Aranha e muitos outros são obrigados a se defenderem e demonstrar a inconsistência das acusações. O que existe, na verdade, é uma instituição de tendência democrática, que não quer torpedear o sistema e nem o domínio de Vargas. Ela luta simplesmente contra o nazismo externo, e toda composição diretora da S.A.A. é ligada à estrutura de poder estadonivista. Trata-se, simplesmente, de um jogo entre forças adversas e é parte de uma composição dúplice da cúpula oligarca-governamental do Estado Novo.

A Sociedade dos Amigos da América persiste contra todas instabilidades, até que em Julho de 1944 ela é o pretexto para a deposição de Oswaldo Aranha; o incidente, paradoxalmente, reforça a oposição democrática, ainda mais que recebe a adesão do General Góes Monteiro.

O Ministro das Relações Exteriores relata a odisséia da crise: no começo de Julho de 1944, Oswaldo Aranha vai se empossar na vice-presidência da Sociedade Amigos da América. Por razões pessoais, adia duas vezes a cerimônia, mas na véspera vem a saber que o Chefe da Polícia, Coriolano de Góes, fechara a sede da S.A.A. (Coriolano é o responsável pela matança dos estudantes paulistas em dezembro de 1943 — episódio relatado no capítulo anterior — e que vem ao Rio substituir Filinto Müller).

Meses antes, o Chefe da Polícia promete não impedir a ação da S.A.A., da Liga de Defesa Nacional (organismo existente desde 1915 e reativado por grupos democráticos em 1941).

A indignação é geral, Oswaldo Aranha procura Getúlio Vargas e este dá mão forte a Coriolano de Góes. Diante do descrédito pessoal, Oswaldo Aranha se demite do Ministério das Relações Exteriores. O General Góes Monteiro, que está no Uruguai e ocupa a chefia brasileira no Comitê de Emergência e Defesa Política da América, quer se retirar do cargo em solidariedade ao colega e amigo, mas instado por Getúlio, permanece até outubro de 1944. Nesta hora a articulação contra o Estado Novo é grande dentro do Exército.

Góes Monteiro, em suas memórias, conta que Eduardo Gomes conspira no Nordeste desde o começo de 1944; e que, no decorrer de sua viagem, por terra, de Montevidéu ao Rio, ele ausculta generais e oficiais superiores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, havendo grande descontentamento contra o regime ditatorial. Diante da nova situação e influenciado pelo seu convívio com os americanos em Montevidéu, Góes lidera a ala do Exército contrária à ditadura, enquanto Eurico Gaspar Dutra permanece fiel a Getúlio Vargas. Daí o sentido de uma frase atribuída a Góes, na época, que “viera ao Brasil para acabar com o Estado Novo”.

A derrota esmagadora da Alemanha e a Conferência de Yalta são fatores externos que apressam o ocaso da ditadura. A reviravolta do Exército é um fator importante que se acrescenta aos outros elementos estudados anteriormente — movimento estudantil, movimento comunista, oposições oligárquicas, — mas a sua importância é relativa para o que se pode chamar de fase democrática ou de abertura democrática do Estado Novo.

A análise dos três momentos oposicionistas ao Estado Novo nos permite conclusões relativas, pois o que se fez é simplesmente um apanhado parcial da realidade interna político-social do Brasil entre 1937 e 1945. Mesmo não sendo completa, o que se pode verificar são fatos que ajudam a desmistificar certas afirmações e valores que vêm sendo marcados pelas classes dirigentes e pelos interessados.

Cabe ao movimento estudantil e aos comunistas a ação primeira contra o Estado Novo. Pouco importa se seus atos foram de apoio ou crítica à situação existente, o fundamental é que a ação representa contestação à estrutura política e organizatória que se diz monolítica e repele qualquer interferência externa a ela. Por isto, a existência da UNE, as manifestações estudantis nos Estados etc., são temidas pelas autoridades. Por sua vez, os comunistas agem com os estudantes, fazem parte integrante do movimento, em frente comum com outras tendências, ao mesmo tempo que funcionam em planos diversos.

Só tardiamente é que a oligarquia oposicionista se manifesta, enquanto os estudantes demonstram sua determinação em todos os momentos, de maneira esporádica, até 1942, e consistentemente, após este período. O Manifesto Mineiro é de outubro de 1943, num momento em que a pressão oposicionista é muito grande e até os comunistas já tinham realizado a Conferência de Itatiaia (agosto de 1943). Pode-se levantar o problema de que parte do movimento estudantil é marcado pela presença e valores das classes oligárquicas, e o exemplo frisante é o da Faculdade de Direito de São Paulo. Mas, nos momentos de luta, os valores que dominam são comuns a todas as correntes e, apesar de posições e divergências episódicas, o conjunto é amálgama geral. Fundamentalmente, enquanto os comunistas fazem parte desta amálgama, eles também agem independentemente como partido em outros campos. O mesmo não se dá com a oligarquia oposicionista, que só tem tradição conspiratória e não de luta permanente clandestina, e nem está interessada em passar para um campo mais radical.

É por isto que a oligarquia dissidente procura se ligar ao Exército, para que este lhe sirva de esteio contra o Estado Novo. O Exército, por sua vez, identificando-se contra o Estado Novo, procura esquecer sua responsabilidade passada, quando apoiou o golpe de 10 de novembro de 1937. E o característico é que a liderança pertence ao próprio General Góes Monteiro, responsável pela instalação e queda do regime

Assim, reforçando-se no ocaso do regime, as classes dirigentes é que vão se acaparar do poder, pois dominam toda estrutura social, ainda mais que as próprias forças situacionistas e oligárquicas do Estado Novo também se preparam para a nova situação. A partir de fevereiro de 1945, como por encanto, todas as forças conservadoras já estão organizadas nos seus partidos e defendem seus programas.